

**A concepção das paisagens e
dos espaços na Arqueologia
da Península Ibérica**

actas do IV congresso
de arqueologia peninsular

Promontoria Monográfica 08

A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica

**Actas do IV Congresso de
Arqueologia Peninsular**

(Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)

EDITORES CIENTÍFICOS

Susana Oliveira Jorge

Ana M. S. Bettencourt

Isabel Figueiral

Centro de Estudos de Património
Departamento de História, Arqueologia e Património
(Universidade do Algarve)



Universidade do Algarve
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Departamento de História, Arqueologia e Património
Centro de Estudos de Património

Promontoria Monográfica 08

EDITOR

Centro de Estudos de Património
Departamento de História, Arqueologia e Património
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade do Algarve
Campus de Gambelas
8000-117 Faro
promontoria@ualg.pt

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Nuno Ferreira Bicho
António Faustino Carvalho

EXECUÇÃO GRÁFICA

Candeias Artes Gráficas
Rua Conselheiro Lobato, 179
4705-089 Braga
geral@candeiasag.com
www.candeiasag.com

TIRAGEM

500 exemplares

ISBN

978-972-99693-9-3

DEPÓSITO LEGAL

264140/07

Setembro 2007

APOIOS



FUNDAÇÃO
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS



Fundação Calouste Gulbenkian

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

Portugal

ADECAP

Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

Faculdade de Engenharia e Recursos Naturais, Universidade do Algarve

Staples – Office Center

Governo Civil do Distrito de Faro

Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa). Algumas reflexões sobre estratégias de organização do espaço neste recinto monumental pré-histórico

Vítor Oliveira Jorge¹
João Muralha²
Leonor Sousa Pereira³
Ana Margarida Vale⁴
António Sá Coixão⁵

¹ Faculdade de Letras (DCTP). Universidade do Porto
vojorge@clix.pt

² Universidade do Porto.
Bolseiro de Doudoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia
jmuralha@gmail.com

³ Instituto Português de Arqueologia (extensão de Vila do Conde)

⁴ Estudante de Doutoramento, Universidade do Porto

⁵ ACDR, Freixo de Numão (Presidente da Direcção)
freixo.acdr@clix.pt

RESUMO

O espaço construído de Castanheiro do Vento parece incluir, pelo menos, um grande recinto, e um outro mais pequeno, que se lhe encontra anexo. Os muretes delimitantes desses recintos, que hoje identificamos sob forma de embasamentos pétreos, provavelmente suportariam uma super-estrutura em argila. Eles definem, até ao momento, a morfologia geral do sítio tal como o conhecemos. Eram como que pontuados por estruturas subcirculares (convencionalmente designadas "bastiões") e interceptados por passagens. Cada uma destas unidades parece também obedecer a estratégias de organização do espaço interno particulares, que, à semelhança da estrutura geral, condicionam movimentos e outras acções, fossem elas, por exemplo, a circulação das pessoas ou a deposição das coisas. É sobre o estudo deste dispositivo arquitectónico e sua elaboração (técnicas construtivas), que os autores se debruçam, ainda de forma muito preliminar, neste pequeno texto.

PALAVRAS-CHAVE

Espaço construído; técnicas construtivas; recintos

ABSTRACT

The built space in Castanheiro do Vento seems to include at least a major precinct, and a smaller one, adjacent to it. The walls were made in clay (probably cob) settled on a basis of worked stone (schist slabs and blocks). Walls include large semi-circular protuberances ("bastions", from an old military analogy) which inside were like chambers for the deposition of things. Smaller round structures seem to exist everywhere, in a complex and "full" space. The authors are trying to understand this complexity since 1998, through a long-range research project.

KEYWORDS

Built space; building techniques; precincts

Os trabalhos arqueológicos na estação de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) iniciaram-se em 1998, incidindo então numa pequena área, no topo do morro, cuja altitude máxima se situa nos 730 m, e é convencionalmente delimitado na base pela curva de nível dos 680 m. O sítio de Castanheiro do Vento data, genericamente, do Calcolítico / Idade do Bronze – sem que isso repre-

sente qualquer ruptura entre "duas épocas", mas apenas uma "baliza" convencional em 2300 a. C. –, e mais concretamente de cerca de 2800 a 1500 a. C., havendo, no entanto, utilizações do local em épocas posteriores (Idade do Ferro – sécs. 8.º a 4.º a. C.?).

É quase certo que este sítio não se restringiria ao conjunto de restos arquitectónicos, relativamente conservados,

que começámos a estudar, mas, pelo menos num determinado momento, abrangeria uma área muito maior. No limite, compreenderia mesmo toda a colina, entendida como um todo significativo, de grande capacidade de impacto visual (nomeadamente para leste), em que tanto o “construído” como o deixado “por construir” ou “por transformar” jogariam o seu papel na impressão global causada.

Poder-se-ia objectar que a vegetação existente na altura eliminaria eventualmente tal impressão. Mas tal vegetação também poderia ser cortada para destacar as arquitecturas. Ou que o aspecto visual dos sítios, a sua monumentalidade detectável ao longe, não seriam tão importantes como hoje, para nós, que privilegiamos o sentido da visão. É verdade que tal é possível, e que podia (e devia...) haver um jogo, a diferentes escalas, entre o “exposto” e o “escondido”; mas este é um problema tão geral, que cremos não ser o presente estudo o melhor lugar para o discutir. Ao abordar a “opacidade” das paisagens e dos lugares “que vêm do passado”, temos de partir de algumas intuições, que podem vir a ser refutadas, mas parecem de momento verosímeis (ou pelo menos dignas de ser consideradas), senão ficamos desarmados e impossibilitados de formular qualquer discurso.

Talvez existissem aqui plataformas, e rampas (grandes taludes pétreos, revestidos a argila, de que já há algum indício), como aliás acontece no Castelo Velho de Freixo de Numão, os quais concederiam às encostas um grande impacto cénico. No entanto, mesmo que estes dispositivos não estivessem materializados, ou o estivessem de uma forma não abrangente, o sítio que hoje encontramos no topo de uma colina não pode ser lido de forma dissociada do seu espaço mais imediato.

Por exemplo, a sul da área intervencionada, em campos lavrados, aparecem inúmeros artefactos à superfície, como fragmentos cerâmicos com decoração impressa (penteada) ou elementos de moinhos manuais em granito. Também na encosta virada a leste foram detectados dois enormes blocos alongados de xisto, um deles com “fossettes” (dir-se-ia o resto de uma estrutura monumental, que pode ter estado erecta). Estes “achados” superficiais encontram-se, no entanto, em locais fortemente alterados pela agricultura ou pelo plantio de eucaliptos. Especialmente esta última acção, que implica o revolvimento profundo do solo e subsolo, deve ter provocado a destruição em larga escala de elementos arqueológicos (nomeadamente vestígios arquitectónicos, por exemplo, de plataformas pétreas, ou outras entidades construídas ao longo das encostas).

Mas, apesar de estarmos perante um “resto” de algo que ali existiu, as sete campanhas de trabalhos (de 1998 a 2004) permitiram começar a detectar um complexo arquitectónico que nos tem possibilitado diversas reflexões. Em particular, neste texto, importa sublinhar as seguintes considerações:

– A organização do espaço construído de Castanheiro do Vento parece obedecer a um jogo cénico entre os convencionalmente designados “bastiões” e as “paredes” que delimitavam os vários recintos do sítio, jogo esse assente num padrão sobretudo curvilíneo.

Pressupondo que os muretes pétreos que hoje conseguimos identificar (de pouca volumetria) suportariam autênticos muros em altura construídos em argila, as estruturas semicirculares (ou “bastiões”), que supomos serem cobertas, apareceriam como que a pontuar alinhamentos, irregulares, é certo, mas marcando uma ritmicidade entre parede linear e “protuberância” para o seu exterior. Este sistema materializa, até ao momento, a morfologia geral do sítio, e dá-lhe um “ar de família” não só à escala regional (Castelo Velho), mas peninsular (Estremadura portuguesa, Sul e Sudeste espanhol, etc.) e, mesmo até, extra-peninsular (Sul de França).

Trata-se de um “estilo” arquitectónico que não produziria apenas espaços de acesso mais ou menos condicionado (“recintos” complexos, múltiplos, etc.), mas qualificaria ou, se quisermos, “monumentalizaria” colinas inteiras, através de “referências” estilísticas que permitiam (pelo menos a elites) conectar o local com o regional e com o trans-local. Nesse sentido, a arquitectura funcionava como uma “linguagem” que afirmaria a “identidade” das populações construtoras vivendo na área destes sítios referenciais, que, ao mesmo tempo, a conotaria com alusões mais amplas, segundo esquemas de contacto/intercâmbio/metaforização que ainda mal descortinamos.

Inerente a qualquer construção está a criação de barreiras materiais que constroem ou orientam o movimento, que promovem a transformação física de um espaço em múltiplos sentidos, tão estudados pela fenomenologia filosófica e pela antropologia, por exemplo.

A utilização (desde talvez os inícios do III.º milénio a. C.), e depois a grande modificação espacial operada no sítio que hoje conhecemos com o topónimo de Castanheiro do Vento – provavelmente dos meados / segunda metade do III.º milénio a. C. – estarão intimamente ligadas à sua localização e implantação topográfica. Como temos sublinhado, o local encontra-se sobranceiro ao vale da Ribeira da Teja, beneficiando de um amplo domínio visual sobre essa área. Desta, e em particular de alguns pontos dela, avista-se a colina como uma espécie de “fachada” voltada a leste, ou seja, à dita ribeira. Actualmente, quando passamos a ponte que cruza esse curso de água (perto da povoação de Sequeira), e olhamos o Castanheiro do Vento, aparece toda a amplitude do seu topo e toda a grandiosidade da sua “fachada” virada ao vale. O observador fica então bem ciente de uma realidade já mencionada, que não podemos deixar de acentuar: o sítio não se resumiria (fisicamente, visualmente e/ou simbolicamente, como representação, isto é, como local de referên-

cia no plano do imaginário) ao topo do morro, mas abarcaria toda a colina, e mesmo parte da escarpa em cujo rebordo esta se implanta, as quais, independentemente de possuírem ou não efectivamente construções, seriam indissociáveis, como volumes físicos, mais ou impressivos (impositivos ou imaginados), do dispositivo arquitectónico presente nas suas cotas mais elevadas. Mesmo descontando – como dissemos – o facto das populações pré-históricas poderem não conferir à visibilidade (panorâmica ou não) a importância que nós hoje lhe atribuímos.

A nosso ver, a escolha do lugar explicava-se por essa topografia “simbólica” (natural e construída, em combinação inextricável), fosse essa mais visível, ou menos visível, e não por um afastamento de carácter defensivo, “militar”, em relação às zonas de vale ou de mais fácil acesso. Porquê? Muito rapidamente, porque o sítio seria relativamente acessível de outras bandas (nomeadamente de norte e noroeste), e porque, a ser uma “fortificação”, a quantidade de pessoas necessárias à sua defesa seria incomensurável para a tecnologia da época. A “tese militarista” não é, pois, para nós, uma explicação verosímil para este tipo de sítios, na sequência de reflexões que Susana Oliveira Jorge desenvolveu a partir de 1994.

É preciso perceber que a conflitualidade, a guerra, não são elementos a-históricos, nem variáveis independentes, nem factores causais inerentes a uma pretensa natureza humana. São factos sociais totais, como diriam Durkheim e Mauss, isto é, têm de ser contextualizados, explicados no conjunto das realidades que produzem e reproduzem cada sociedade, em cada tempo e lugar. Na era da “perda das grandes narrativas” não temos chavões ou bitolas para lidar com estes aspectos como quem aplica fórmulas. Isso seria demasiado simples... De facto, explicações demasiado abrangentes, como Revolução dos Produtos Secundários (uma invenção de Sherratt, na linha de Childe), “Modo de Produção Calcólico” (?), de que gostam tanto de falar alguns colegas que trabalham no Sul de Portugal, ou mesmo “acumulação primitiva do capital”, contradição (palavra-chave) entre as chamadas forças produtivas e as relações de produção, sistemas embrionários de “luta de classes”, “ordem social tributária própria de sociedades de pequena escala”, etc. (tão caros a alguns colegas do Sul peninsular, e não só, os quais se dizem marxistas, mas de quem o próprio Marx provavelmente discordaria), não apenas não resolvem nada, como bloqueiam a nossa imaginação, até porque frequentemente assumem a forma de dogmas inflexíveis. Às vezes parece que o carácter assertivo desses recursos ideológicos será directamente proporcional às dúvidas e dificuldades que indiscutivelmente a interpretação destas sociedades levanta, e que se não querem assumir, estando provavelmente reprimidas... Sem termos a coragem de desmontar esses écrãs nunca mais vemos nada nítido,

isto é, conceptualmente mobilizador. E estamos a induzir os estudantes e os jovens investigadores em erro, em becos sem saída interpretativos. A demografia, a “produção” e as “relações económicas” não se aplicam às sociedades pré-históricas como se aplicavam às realidades do século XIX que Marx tão bem analisou, como igualmente já se têm de modificar substancialmente para perceber as realidades do séc. XXI, para as quais aquele autor, se fosse vivo, inventaria novas formas de explicação, longe de quaisquer “ismos” que pertencem ao passado filosófico, antropológico e sociológico. São hoje arcaísmos, que colocam alguma arqueologia pré-histórica ibérica em estado de anacronismo no panorama das ciências sociais contemporâneas.

– Em Castanheiro do Vento, a materialização de barreiras físicas importantes foi conseguida – de acordo com a limitada área observada até agora – através da construção de dois muretes pétreos: um deles (m1) parece delimitar um recinto principal, ao qual se adossa um outro (m2), mais pequeno, que cria o que apelidamos “recinto anexo” ou secundário.

O m1 descreve um arco, orientado (por ordem de achamento), no sentido NW-SE, num primeiro troço, e depois, a partir da estrutura semicircular (“bastião”) B, orienta-se no sentido N-S. A este murete vêm-se acoplar quatro estruturas semicirculares (“bastiões”), uma orientada a nordeste (A) e as restantes (B, C e D) a este. Esse murete apresenta-se como um embasamento pétreo, de duas faces, construído com lajes de xisto, completadas por uma espécie de ligante (à base de argila) e que suportaria uma “parede” em argila e materiais perecíveis, erguida provavelmente recorrendo a sistemas semelhantes à taipa ou à terra empilhada.

Embora de largura variável, normalmente apresenta cerca de 1,20 m de largura e não parece, ao longo do seu troço, integrar modalidades construtivas muito diferentes. Por outras palavras, é essencialmente construído recorrendo ao mesmo sistema: lajes de xisto “facetadas” que estruturam a parte interna e externa, ora com uma das extremidades (face menor) ora com a parte lateral (face maior) virada ao exterior ou interior, e um “enchimento” interno de lajes/blocos de xisto de diversas dimensões e em disposição variada.

Não nos podemos esquecer de que estamos, sobretudo, perante restos de um embasamento pétreo. Para o exterior, nomeadamente em áreas de declive, ele seria contrafortado por uma massa de pedras estruturadas, embutidas em argila (em forma de talude, ou estrutura genericamente inclinada), e portanto seria (pelo menos em grande parte) invisível. Para o interior dos recintos, só o prosseguimento das escavações nos poderá dar uma ideia de como se organizaria construtivamente esta delimitação do espaço; mas a atender ao que observámos em alguns pontos (nomeadamente no “bastião” E do recinto secundário), o murete, revestido a argila, poderia já em parte corresponder à base da parede “útil”,

isto é, estaria nessa (embora pequena) porção da sua altura não em posição “soterrada”, mas aérea.

A experiência da escavação consiste em larga medida numa limpeza superficial (para além dos arbustos – carrascos –, suas raízes muito difíceis de eliminar, e húmus superficial) dos detritos pétreos (como se se tratasse de “estilhaços”) que existem em resultado de milénios de erosão, agricultura, degradação dos topos pétreos do murete. Só após um trabalho porfiado nos começam a aparecer quaisquer estruturas mais sólidas, sendo preciso uma certa capacidade de observação e treino neste tipo de sítios para começar a destacá-las, isto é, a delimitar a sua periferia externa e interna, sem provocar com isso um excesso de perda de informação contextual.

É nesse trabalho de delimitação superficial dos muretes que, muitas vezes, nos deparamos com um sinal inequívoco de que “a linha da parede passa por ali”: a presença de “cunhas” (colmatação de interstícios, para preenchimento de pequenos vãos, regularização e reforço, paralelamente às paredes ou não) e de lajes de contrafortagem, perpendiculares às mesmas linhas (e colocadas na vertical, em posição oblíqua – inclinada – ou radialmente, em posição “deitada”; esta situação é mais vulgar na base dos muretes).

Aquelas “cunhas”, por exemplo, e como se disse acima, são em regra pequenas lajes de xisto que, muitas vezes dispostas na vertical, preenchem vãos e ajudavam a consolidar as pedras do murete. Temos de imaginar a construção a este nível como um constante jogo com lajes maiores e mais pequenas, todas embutidas num “recheio de argila húmida e fresca, que na sua plasticidade iria ajudando a equilibrar as massas, as quais, uma vez ajustadas entre si, seriam revestidas a argila também e, sempre que necessário, contrafortadas”. Temos de evitar, ao imaginar estas acções, distinguir o “funcional” e o “estético”, que são polaridades modernas, da nossa cultura. O que ficava bem, e se aguentava, era produto de uma experiência ancestral (física e intelectual, outra polaridade anacrónica) de conhecimento e de trabalho dos materiais, e de vontade de implementar no terreno uma acção e uma “ordem”, um pequeno universo significativo de percursos, de espaços disponíveis ou de barreiras, de lugares de encontro ou de recolhimento, de deposições para serem depois vistas ou não, de remodelações diversas, etc. Mexia-se no terreno, na sua materialidade, como nós hoje retomamos um texto no computador e sempre o reajustamos, e de certo modo o reescrevemos, sempre que a ele voltamos. A reflexão e a percepção, a experiência e a sua reestruturação, a acção e o pensamento encontravam-se, de algum modo, “juntas”, sem com isto estarmos aqui a pressupor uma mentalidade “primitiva” e irracional – tratava-se de uma outra forma de racionalidade, ou seja, de outro modo de dar sentido ao mundo. As circunstâncias específicas, sociais, políticas, económicas e conceptuais, como hoje diria-

mos, de tal vivência, são um problema para resolver. É aí que em última análise queremos chegar, e não à mera descrição de materialidades, de sítios, de fragmentos ou restos. É isso que faz da arqueologia uma ciência social. Mas o que não podemos é passar do micro para o macro, da compreensão do sítio (que ainda vai no início) para o entendimento das sociedades que lhe deram corpo. É esse “salto” que sabemos hoje ser um longo trajecto e não apenas uma dedução fácil, uma inferência simples. Também a nenhum astrónomo, por exemplo, pedimos que veja e explique “tudo”, mas tão só que veja *algo mais*, um pouco mais, que apresente uma teoria mais plausível sobre os dados da sua observação, de forma ajustada às suas perguntas – é também isso, tão só isso, que desejamos fazer aqui, não confundindo princípios de desejo (a “ambição” do querer compreender), com princípios de realidade (sempre algo comezinha, mas fascinante no seu detalhe, para o cientista de observação).

Não estamos pois perante necessariamente um sítio de culto ou de ritual, “versus” uma realidade pretensamente doméstica ou utilitária (polaridade anacrónica), mas antes de mais perante um dispositivo semiológico, significativo, e estruturante de vivências e de narrativas para quem o construía e o utilizava, dispositivo esse que permitia a organização (na acepção mais ampla) de espaços a diferentes escalas, isto é, a inscrição de sentidos que podiam articular espaço e tempo, deslocação e paragem, movimento e descanso, acção colectiva e individual, narrativas partilhadas ou não, etc., etc.

Esses simbolismos, que como é bem sabido impregnam toda a vida humana, incluindo a actual, concentravam-se nestes casos de forma privilegiada em sítios monumentais, onde tudo o que se passava e fazia era de natureza, por assim dizer, metafórica, alusiva, conotativa, e não imediatamente “utilitária”, na visão actual de senso comum.

Existe também em Castanheiro do Vento um conjunto de lajes de xisto afeiçãoadas, de extremidade superior arredondada e/ou mais estreita, fincadas no solo (a que por vezes damos o nome de “estelas”), colocadas em certos pontos do sítio. Às vezes, localizam-se nas “interrupções” dos alinhamentos do murete, o que parece conferir-lhes um papel de marcadores espaciais, assinalando “aberturas” (passagens) ou arranques (periferias, do lado interno do recinto) de certas estruturas, como por exemplo acontece no “bastião” D. Todas estas observações serão, no futuro, muito mais complexificadas, à medida que a investigação avance. Que os espaços (recintos, etc.) definidos por estes “muretes” eram muito complexos, e que, só atendo-nos às realidades fixas que chegaram até nós, estão cheios de inúmeros “pontos de referência”, quase como se fossem mnemónicas, é indelmentável. Certos arqueólogos não costumavam estar muito atentos a isto, porque essas pequenas “anomalias”, mesmo quando notadas, tendiam, num “povoado”, a ser desvaloriz-

zadas (e removidas no processo de escavação, ou então no de conservação/restauro, o qual, nalguns casos, se poderia considerar o “crime perfeito”). Povoado é povoado, túmulo é túmulo, local de culto é local de culto – e nestas dicotomias encontravam toda a justificação para “fazer o sítio” à medida que o estudavam, no afã de encontrar camadas, fases de ocupação, áreas funcionais, estilos de objectos-diagnóstico (de culturas ou horizontes, etc.), organizar (no melhor dos casos) uma enorme base de dados (agora ajudada com novas tecnologias, e completada por visões 3D que dão poder atractivo ao que muitas vezes está intelectualmente ainda pouco elaborado), e por fim organizar um modelo funcionalista-diacrónico do sítio como um todo. E julgavam estar a fazer bem. Era simples, e não se pode considerar que de um ponto de vista intelectual fosse muito exigente. Esta arqueologia “light” ajusta-se aliás muito bem à ideologia turística, à arqueologia empresarial, e à sociedade de mercado cultural. Questão de modernização cosmética sem ir ao essencial. *Porque também se pode e deve utilizar as novas tecnologias para fins de investigação de uma arqueologia reflexiva e crítica, que não faz a economia de um aspecto fundamental: a da reflexão sobre si própria, num patamar de abstracção mais elevado do que o da simples “recolha”, tratamento, e apresentação de informação para consumo sem esforço, “ethos” próprio, essência mesma do consumismo contemporâneo.*

Em Castanheiro do Vento, localizadamente, num determinado momento (?), o murete do recinto principal sofreu um espessamento entre as estruturas semicirculares (“bastiões”) A e B, espessamento esse elaborado através de uma estrutura maciça de lajes, de face exterior rectilínea, que arranca da periferia norte da estrutura B e cobre a parte leste da extremidade da estrutura A.

Esta acção poderá estar relacionada com uma melhor “sustentação” da base do muro a que se encosta e/ou articulada com uma “remodelação” que a estrutura B parece ter sofrido (ao que tudo indica, ainda durante o III.º milénio, e que terá originado a dissimetria da sua planta, se compararmos o interior com o exterior desse “bastião”: subtriangular e subcircular respectivamente).

Provavelmente apenas o “desmonte” actual dessa estrutura maciça poderia contribuir para a compreensão das razões da sua construção. Já é sabido que a acção arqueológica é uma acção destrutiva, mas por vezes é também necessário “mutilar” temporariamente segmentos de muro para melhor perceber as técnicas e soluções construtivas que no passado se adoptaram, antes do seu restauro.

De qualquer modo, insistimos sem descanso, temos sempre de ter presente que a realidade hoje observável é um “resto” que aponta para uma complexidade, para um “palimpsesto”, para uma sobreposição de acções em cada local e micro-local, fugindo constantemente à tentações de explica-

ções fáceis, funcionalistas, que tenderiam para uma solução simples, óbvia e unívoca, de cada acção construtiva.

Cada uma dessas acções, no momento de ser praticada, nunca foi desprovida de “ambiguidade”, se quisermos. Estamos perante uma imbricação, em cada momento, daquilo que o pensamento dualista, dicotómico, costuma chamar “simbólico” e “funcional”, embora não seja esta a ocasião para elaborar toda uma teoria não reducionista das acções técnicas, muitas vezes imaginadas por nós segundo “cadeias operatórias” dominadas pela ideia da poupança de energia e da lei do menor esforço, que só fazem sentido na “epistemologia” e na “economia” da racionalidade moderna ocidental. Como já referimos, não se podem aplicar sem mais à pré-história, como se fossem evidências a-históricas, atemporais e independentes de “dispositivos culturais”.

O murete 2 delimita um recinto secundário, denotando por vezes algumas diferenças construtivas, principalmente ao nível do espessamento do muro. Por exemplo, entre as passagens 4 e 5 (área leste) o murete é mais largo (sensivelmente 1,5 m), e nele ocorrem por vezes lajes de xisto maiores do que o habitual.

Sem dúvida que estamos, em muitos casos, perante soluções de estabilização do próprio murete, na medida em que se encontra, aqui como noutros locais, em áreas em que terreno apresenta um declive. Era nessas áreas que a erecção de estruturas podia ter mais impacte na paisagem, como é óbvio.

Já na zona oeste deste recinto secundário, e portanto do referido m2 que o circunda, a estrutura delimitante é constituída sobretudo por lajes de pequena e média dimensão. Essa estrutura, por razões que só a continuidade das pesquisas poderá esclarecer, interrompe-se em certos sítios, sobretudo na sua periferia NW. A área em causa é aliás “interceptada” por pequenas estruturas subcirculares, construídas por pequenas unidades de xisto (e às vezes quartzo), assentes em argila muito compacta, as quais ainda não entendemos bem, sobretudo na sua relação temporal com o recinto. É um problema em aberto.

– A barreira física materializada por estes muretes é interrompida por passagens que permitem o acesso ao “interior” dos espaços circunscritos por estes alinhamentos. Trata-se de aberturas que contracenam com as paredes (construídas em argila e assentes nos socos pétreos que hoje pomos a descoberto).

Este jogo cénico entre presença/ausência de “portas”, como já foi realçado por Susana Oliveira Jorge (Jorge, 2002: 150), poderá não implicar que todas as passagens estivessem abertas ao mesmo tempo. Por outras palavras, temos que equacionar a hipótese, muito mais verosímil, de nem todas as entradas estarem em funcionamento em simultâneo, o que alterava as variáveis possíveis para se aceder aos recintos.

Hoje, encontramos todas as passagens colmatadas por estruturas “de condenação”, bem organizadas, como já tivemos oportunidade de referir num outro texto (Jorge *et alii*, 2004, no prelo). Ou seja, todas as entradas se encontram numa última fase fechadas, não ao acaso (mas há algo que aconteça por acaso num sítio destes?...), mas, ao que parece, obedecendo a acções concertadas com o objectivo de encerrar, diríamos simbolicamente, um anterior acesso. Para não dizer que certos “acessos” até poderiam ser “falsos acessos”, porque não sabemos se metaforizavam “passagens”, isto é, se já foram construídos, por assim dizer, como “portas falsas”, monumentalizando a ideia de porta associada à ideia da sua obturação (uma porta fechada é uma ideia muito mais forte do que uma porta aberta, que nem se nota... porque assim não entrava o movimento das pessoas). Mas isto é, evidentemente, uma simples hipótese, que apenas serve para marcar a passagem de uma arqueologia das evidências e das identificações, para uma arqueologia problematizante, das hipóteses e das interrogações. *Tant pis* para aqueles que querem soluções fáceis e respostas prontas.

Realmente, insistimos (porque sabemos estar a contrariar hábitos pertinazes), estudar estas unidades de tipo “passagem” recorrendo à dicotomia aberto/fechado poderá não ser o melhor caminho. Porque assinalar que uma estrutura se encontra fechada implica que num determinado momento se encontrou aberta. E, na linha do raciocínio acima exposto, se assim não foi? E se nunca esteve aberta? Se não, então não terá qualquer sentido a sua abordagem como estrutura que foi “fechada”, mas deverá ser entendida como um todo (estrutura e fecho).

No entanto, a questão do estudo das estruturas pressupondo a sua “abertura e fecho”, ou construção/condenação (outra polaridade, ou binarismo, perigosos...) está subjacente à nossa abordagem do local, à escrita deste texto, como aliás esteve e estará quando nos encontramos “em campo”. Todas as hipóteses plausíveis (que possam ser sustentadas pelos “dados arqueológicos” e que se enquadrem dentro dos limites da imaginação arqueológica) deverão ser equacionadas. Além disso, e acentuamos agora e sempre, a nossa pesquisa arqueológica não deveria assentar em dicotomias, nem pensar a “realidade” por pares de opostos, projecções espontâneas e acríicas da nossa mente. É com intenção que repetimos várias vezes, acima, a palavra arqueologia.

Nesta estação arqueológica, até ao momento, foram identificadas cinco “passagens”. A primeira a ser encontrada (passagem 1) situa-se na zona norte da estação e é constituída por uma interrupção intencional no murete 1, delimitada por lajes “facetadas” e dispostas de forma perpendicular ao eixo maior longitudinal do muro pétreo.

A passagem 2, voltada a leste, situa-se entre a estrutura semicircular (“bastião”) D (a sul) e a designada “torre” (estrutura pétreo, maciça, de morfologia subcircular), também

no m1. Possuía vários níveis de lajeados no seu enchimento; no lado sul, junto ao murete, existia um muro constituído por lajes largas sobrepostas, muito regular, que estreitava o vão de passagem. Era anterior ao referido enchimento, que a ele se encostava. No lado oposto, a norte, viradas ao interior da passagem, encontravam-se duas lajes, cujas faces estavam gravadas: uma continha motivos “fusiformes”, predominantemente verticais; a outra, situada um pouco mais abaixo, mostrava um conjunto de “fossettes” pouco profundas. Junto a esta entrada, para sul, encontrava-se também uma laje gravada que apresenta dois sulcos do tipo dos “fusiformes”, sub-verticais, e uma série de picotados que parecem envolver os primeiros motivos, delineando uma periferia subcircular.

O lado externo da passagem encontrava-se “colmatado” por um dispositivo pétreo, constituído por lajes de xisto, na horizontal, dispostas em arco, as quais se encostavam a um imbricado de pedras bem elaborado na parte interna da dita passagem. Era surpreendente, para o escavador, a extrema sofisticação desta construção.

A passagem 3 também se encontra voltada a leste, integrada no m1. Contudo, os seus contornos permanecem pouco claros, estando uma solução dependente da continuidade dos trabalhos arqueológicos. Estamos perante uma possível “abertura” complexa e ampla, talvez monumental, que terá de ser escavada em conjugação com uma intervenção em área, para dentro e fora do recinto.

A passagem 4 situa-se no m2 e encontra-se voltada a nordeste. Apresentava um complexo sistema de fecho (ou de condenação) que dissimulava a abertura no lado interno, dando a impressão de continuação do murete delimitante do recinto secundário. No lado externo detectou-se uma série de “patamares”, ou seja, lajes de xisto dispostas numa espécie de semicírculo formando possivelmente quatro arcos de círculo, tendencialmente concêntricos, sucessivamente (de dentro para fora) mais amplos (isto é, de raio maior).

A aceitar que os “patamares” detectados nesta passagem integrariam a estrutura de colmatção (questão discutível, ainda em estudo), este “sistema de fecho” em “arco” estaria presente em duas unidades: na 2 e 4. Mas não podemos excluir a hipótese dos ditos “patamares”, ou “degraus” pertencerem à própria estrutura de acesso ao recinto, servindo para assentamento da argila em que todas as arquitecturas se configuravam externamente. É outra questão em aberto, a estudar mais detalhadamente em função da documentação produzida (desenhos, fotografias, registos vídeo) e da experiência que se for acumulando. Numa escavação sucede como na leitura de um livro: por vezes, só umas páginas à frente percebemos bem o sentido do que estava para trás: o raciocínio e a inteligência estão longe de serem lineares. Aliás, é essa não linearidade da própria vida que, ainda de forma muito tosca, os computadores tentam imitar com o

“virtual”, espécie de imitação programada da forma como agimos, sentimos e pensamos. Por isso não nos inquieta não percebermos muitas coisas; inquietam-nos sim os erros que praticamos, e que procuramos corrigir quando deles nos apercebemos. Não há trabalho nem progressão sem erros. Os erros, desde que não sejam fatais, são a matéria-prima da “descoberta” (num sentido “soft” da palavra), com todo o risco que a experiência envolve.

A passagem ou “entrada” 5 localiza-se também no m2 e encontra-se voltada a sudeste. O vão de passagem encontrava-se também estreitado, desta feita em ambos os lados, por dois pequenos “muros” constituídos por lajes de xisto. Esta acção de estreitamento do vão de passagem encontra-se assim patente em duas passagens: 2 e 5; numa (a 2) apenas em um dos lados e na outra (a 5) em ambos.

Nas passagens 2, 4 e 5 foi possível identificar diversos níveis de lajeado entre as soluções que integravam as estruturas de colmatação destas entradas.

A localização das “entradas” parece estar dependente da orientação (inclusivamente astronómica? Ou apenas relacionada com a visualização de certas parcelas de horizonte, para quem vinha de dentro dos recintos? Tudo questões a estudar), mas também pressupõe uma outra ideia: o acesso exterior, a existência de “caminhos” que conduziriam os indivíduos de fora para dentro ou vice-versa. Existiria um acesso que rodeava o sítio, vários acessos canalizados para as diferentes entradas, ou outras soluções que é prematuro sequer colocar, dada a diminuta área escavada da zona preservada desta colina monumental?

– As passagens parecem ser o único meio de acesso ao interior dos recintos. As estruturas semicirculares (“bastiões”) abrem-se ao interior e o acesso ao espaço criado por estas subestruturas (chamemos-lhes assim) dos recintos só pode ser realizado por quem já se encontra dentro dos ditos “recintos”. Esta ideia poderia apenas ser contrariada pela admissão da existência de “passadiços” construídos por materiais perecíveis, ou em argila, que eventualmente se sobrepusessem aos embasamentos pétreos e permitissem a entrada nestas estruturas ou nos recintos através de plataformas inclinadas. Estamos apenas perante os restos de um esqueleto pétreo... é difícil imaginar a variedade e riqueza de formas e de soluções de organização do espaço que uma arquitectura tão plástica e fácil de moldar e de remodelar como a argila poderia ter engendrado. Lembramo-nos dos sítios dogons, no Mali, ou das mesquitas de terra do mesmo país, e de tantas arquitecturas de argila do mundo inteiro, e sentimo-nos (quase) derrotados pela quantidade de soluções possíveis que este magro esqueleto (que como arqueólogos estudamos) poderá “esconder”. Ao contrário do que acontece em algum pensamento das ciências naturais, estamos sempre a suspeitar de que a solução interpretativa mais óbvia... é a mais provavelmente errónea, dado o carácter estruturalmen-

te “ambíguo” das “obras humanas”, particularmente em sítios monumentais como este, em que se significava ideias, atitudes e estruturas sociais através da acção directa, multiforme, imaginativa, sobre os materiais.

Em Castanheiro do Vento as estruturas semicirculares (“bastiões”) anexas aos muros condicionavam e “emolduravam” trajectórias, percursos, possibilidades diversas oferecidas certamente pelas inúmeras combinatórias possíveis entre espaços fechados ou abertos, estreitos ou amplos, cheios de coisas ou tendencialmente vazios... todo um “cenário” móvel, semi-fixo, e parcialmente fixo, que evidentemente não está lá, nem nunca foi estático no passado.

A movimentação dentro de cada estrutura deste tipo estaria obviamente condicionada pela organização do seu espaço interior.

– Nas estruturas A, D e F detectaram-se micro-estruturas, essencialmente compostas por elementos de moinhos manuais (dormentes) em granito, que provavelmente limitariam os trajectos possíveis.

A estrutura semicircular A apresentava uma micro-estrutura constituída por quatro elementos de moinhos manuais em granito, colocados em posição vertical (considerando a sua possível área de utilização) e duas lajes de xisto azul. Localizava-se no extremo sudeste da área interna, junto à face interior do murete que define o recinto, de onde se abre esta sub-estrutura. Os moinhos manuais dispõem-se numa espécie de arco, e o círculo é fechado por duas lajes de xisto. Todos os elementos em granito se encontram fracturados, como que manifestando ou enfatizando que estão em estado de “reutilização”.

Já na estrutura semicircular D, é sensivelmente no centro do espaço interior que se encontra uma micro-estrutura, também ela composta por cinco elementos de moinhos manuais (dormentes) em posição vertical (isto é, bem diferente da que teriam se utilizados como dormentes de moinhos), dispostos de forma circular. Ao seu lado encontravam-se dois grandes dormentes sobrepostos.

Na estrutura semicircular F, registou-se uma micro-estrutura, também localizada na área central, mas constituída por um único elemento de dormente, colocado em posição horizontal e “rodeado” por lajes de xisto e grauvaque.

Nos três contextos os elementos de dormentes identificados encontravam-se inseridos num nível de argila compacta, e todas as unidades registavam sinais de uso anterior. A interpretação concedida a estas micro-estruturas distancia-se de explicações funcionalistas, segundo as quais se poderia supor, de forma simplista, estarmos perante indícios de actividades de moagem, ou diante do resultado de armazenamento de moinhos desactivados no interior de “bastiões”, ou de descarte de elementos fracturados, ou ainda da reutilização de elementos de xisto para a constituição de lareiras ou de pequenas “caixas” de armazenamento. Tão linear, di-

ríamos infantil, visão das coisas fará sorrir qualquer escavador de Castanheiro do Vento, mesmo um aluno do primeiro ano que ali estagie durante alguns dias – é óbvio que se não trata de nada disso. É intuitivo que estamos perante estruturas de carácter simbólico; e a intuição é o mais difícil de demonstrar a quem, não partilhe de uma experiência. Mas a intuição pode ser a forma mais precisa de conhecimento, na medida em que nos leva de repente à suspeição da “verdade”, mesmo que essa verdade seja menos a da afirmação do que tem de ser, e mais a da constatação do que não pode ser... mais a do descarte de inverosimilhanças, do que da acumulação de evidências.

De facto, a localização destas microestruturas (em espaço central em dois dos “bastiões”), a sua disposição (contrária à da sua suposta utilização “primária” em dois contextos) e o modo como se agrupavam (em forma sub-circular, conseguida em um caso apenas por elementos em granito e nos outros recorrendo a lajes de xisto) não permitem avançar qualquer hipótese que associe directamente estes elementos de granito à sua actividade de moagem. Poderiam apenas representar “alusões” a essa realidade, como peças integrantes de um cenário onde se encenava o mundo exterior, a sociedade, a vida quotidiana, onde se materializavam cosmovisões e valores. Que tipo de alusões? Muito diversificadas, a nível de hipótese. Para a sua compreensão teríamos de recorrer a toda uma semiótica da chamada “cultura material”, conjugada com uma antropologia dos objectos. E sempre sem querer chegar a conclusões universais, ao arrepio da arqueologia contextualista que perfilhamos, mas partindo do princípio de que mesmo elencando um grande quadro de significações possíveis estaríamos sempre perante duas perguntas: qual delas no caso x se aplica? O facto de se aplicar uma explicação a um momento da “vida social” dessa microestrutura leva a outra questão: durante quanto tempo teria ela estado conotada com tal explicação? Quantas “vidas” tem a vida de uma materialidade? É para essa complexidade, para essa “aura de mistério” que envolve as coisas, que temos de alertar as pessoas, sem cair em soluções “light” de facilidade turística, dando-lhes uma explicação, e pronto. Em investigação nunca nada está pronto. Não será fascinante, além de democrático, deixar de mentir aos outros e fazê-los partilhar dessa complexidade? Naturalmente que todos sabemos não haver um destinatário dos nossos trabalhos, mas destinatários... muito diversificados, a exigir a *tradução* da complexidade a diferentes níveis. O problema da tradução – ou da comunicação, é o mesmo – é um dos problemas fundamentais, para não dizer o fundamental, da sociedade contemporânea.

A estruturação destas micro-unidades, ou “nichos”, nos contextos dos chamados “bastiões” A, D e F, recorre a elementos de moinhos manuais (dormentes) em granito (matéria-prima que não se encontra no local) organizados de for-

ma genericamente circular. Simples hipótese entre múltiplas, fascinantes: esta disposição poderia sugerir ou encenar, por exemplo, a própria unidade de grupos distintos (domésticos, clânicos, totémicos, etc.) no sítio de Castanheiro do Vento, poderia “fazer referência” ao encontro, à harmonia, neste local, de pessoas e bens diferentes e mesmo até concorrentes ou rivais, que se distribuiriam, por exemplo, pelo vale da Ribeira da Teja e zonas anexas ao sítio. Ou seja, um local como Castanheiro do Vento poderia simbolizar, tal como já os monumentos megalíticos o poderiam ter feito antes, não uma sociedade como tal, mas uma utopia dessa sociedade (diríamos melhor, de um grande conjunto de formas de sociabilidade), a sua projecção imaginária, consciente ou não. Estamos aqui longe da nostalgia positivista da perda, que imaginaria que o investigador ideal seria o viajante do tempo que iria ao passado “perguntar o que é que as pessoas queriam com aquilo”. Esse suposto viajante, embora sem dúvida aprendesse muito, ficaria todavia ainda com pelo menos mais um problema, além do de interpretar as coisas: aquilo que as pessoas me disseram é aquilo em que acreditam? E aquilo em que uns acreditam, é generalizável? E só por causa de ser fidedigna a crença das pessoas, e até generalizável (situação, convenhamos, muito improvável), eu tenho de acreditam (depois de Freud, de Lacan e de tantos outros) que aquilo que as pessoas verbalizam é aquilo que é?... Já se vê que este privilegiado, divino “viajante do tempo”, que tantos arqueólogos, ávidos de certezas, ainda sonham ser, ficaria com os seus problemas de arqueólogo algo acrescentados aos do antropólogo, sociólogo, psicólogo, e outros, para não falar do jornalista... isto é, todos os que trabalham sobre o presente. Como se o presente fosse o lugar da verdade evidente, e o “passado” o lugar da perda... da mera conjectura...

Neste sítio que nos serve de ponto de apoio à reflexão (o nosso local de trabalho de campo, Castanheiro do Vento, cujos problemas estamos a tentar partilhar com o leitor) as estruturas semicirculares (“bastiões”) B e C apresentavam lajes de xisto afeiçoadas colocadas em posição vertical, possíveis “estelas”, aproximadamente viradas a leste.

Na estrutura B encontravam-se agrupadas, lado a lado ou sobrepostas, encostadas a um murete interno delimitador do espaço da estrutura, enquanto que na estrutura C se detectou um elemento de tipo “estela” integrado numa microestrutura sub-triangular, localizada na extremidade oeste (ou seja, já na sua periferia interna) da referida estrutura. Aqui para se perceber bem o que ali acontecia seria exigida uma escavação em área, que ainda se não pôde fazer (é outro problema em aberto).

Nestes dois casos, a organização do espaço interior dos “bastiões” parece obedecer a “arranjos” estruturais muito diferentes. Em ambos os casos, para além de todos os óbvios contrastes entre eles (por exemplo, no caso da estrutura B

as “estelas” a “olharem o nascente” pode ter sido resultado de uma reorganização processada a determinado momento da “vida” desse “bastião”), é verdade que as “estelas” se encontravam em áreas periféricas relativamente ao espaço interno das estruturas “em bastião”. A sua volumetria, mesmo atendendo a que se achavam associadas a outras realidades, podia não exercer um constrangimento de movimentos tão nítido como aconteceria nos “nichos” das estruturas D e F. Por outro lado, as “estelas” recorrem ao xisto, matéria-prima local constituinte da própria mega-estrutura arquitectónica, para produzir organizações de espaço manifestamente muito complexas. Este assunto terá de ser desenvolvido em trabalhos posteriores, nomeadamente as dissertações de doutoramento de dois dos signatários, uma em curso (JMC), a outra em iniciação (AMV), em que a discussão destes elementos estruturais, apoiada em elementos gráficos, ocupará necessariamente centenas de páginas.

De facto, é óbvio que o resultado dos trabalhos arqueológicos (isto é, o que vemos, ou exumamos agora) não corresponde na maior parte das vezes a nenhuma “fase concreta” (conceito a problematizar...) de deposição/utilização de elementos materiais, mas antes a um palimpsesto de artefactos e combinações arquitectónicas que hoje, na nossa tendência simplificadora, somos levados a registar como coetâneos.

Mesmo assumindo que estas micro-estruturas seriam componentes da superfície interior do solo destas sub-unidades (“bastiões”), quando estavam úteis isto é, quando constituíam espaços de deposição e de actuação, onde se podia entrar e sair muitas questões subsistem. Por outro lado, que conotações teriam nos momentos de encerramento (“petrificação” do interior) das unidades arquitectónicas onde se localizam? Pertencerão à última acção efectuada na estrutura, ou serão coincidentes com a sua erecção inicial, e preservadas ao longo dos anos? Essa preservação material pressupõe uma sobrevivência dos significados que estiveram subjacentes à sua construção? Evidentemente que não! As mesmas estruturas materiais, de micro, média, e macro-escala, dentro do sítio, comportariam diferentes narrativas ao longo do tempo? Com toda a probabilidade, dada a multivocidade da impropriamente chamada “cultura material”...

A estruturação do espaço construído, independentemente das “mensagens” conscientes ou inconscientes que acarreta, dos quadros conceptuais que nela (mais uma vez, consciente ou inconscientemente) se plasmam, dos seus problemas interpretativos, integra uma série de “soluções construtivas” que não devem ser descuradas.

Resumindo o que até agora foi escrito, a morfologia de Castanheiro do Vento é definida pela articulação entre muros e estruturas subcirculares, aparecendo-nos uns e outros, hoje, sob a forma de embasamentos pétreos, necessários a erecção de super-estruturas em argila.

A construção destas infra-estruturas pressupõe, não só a edificação do muro em si, mas também de um complexo sistema de contrafortagem, composto num “primeiro” momento construtivo (em termos de sequência operatória), por lajes de xisto fincadas, apresentando fiadas perpendiculares umas às outras, sobre as quais era construído um talude de encontro ao exterior do murete, conferindo-lhe assim a estabilidade necessária para suportar estruturas em altura, e contribuindo igualmente para todo um “estilo” e monumentalidade muito próprios.

Nas escavações de 2004 identificou-se uma grande estrutura semicircular, cuja morfologia se parece assemelhar às já apresentadas como “bastiões”.

Contudo, a sua dimensão (muito maior do que as restantes) e as particularidades do seu dispositivo construtivo (não se compara com os “bastiões” mais pequenos anteriores), poderão indicar que estamos perante algo de novo; só as escavações dos próximos anos nos esclarecerão.

Este dispositivo estará, como aparenta, integrado num outro murete que definirá um recinto distinto, a cota superior? É possível.

Na periferia desta infra-estrutura semicircular detectou-se um outro tipo de estruturas mais pequenas, anexas ao exterior daquela, e com aspecto de “bacias” ou “cistas” (dispostas em agrupamento, de tipo “cacho?”).

Caracterizam-se pela existência de lajes de xisto fincadas perifericamente que definem a sua morfologia: ovóide. Apenas uma estrutura foi escavada (e, mesmo essa, não integralmente, porque ocorreu nos fins da campanha de 2004) e revelou diversos níveis de deposição de objectos e lajes, “embalados” numa argila compacta, que comportavam nomeadamente lajes finas de xisto azul e um vaso partido (intencionalmente?) em duas unidades.

Este tipo de estruturas, intervenientes também – como outras que não descrevemos no presente texto – na organização do espaço construído de Castanheiro do Vento, no entanto não visavam criar espaços para circulação. São pequenas, circunscritas. Assim, parecem configurar-se como espaços com outro tipo de significação, materializando talvez locais de “depósitos”, ou seja, de colocação de unidades materiais (como artefactos cerâmicos ou lajes de xisto) de forma organizada, intencional, altamente simbólica, numa zona talvez situada extra-muros relativamente a um eventual recinto superior (por enquanto, ainda hipotético).

A criação de dispositivos que enquadram os movimentos de quem circula por um espaço é também condicionada pela circulação que aí se produz. Ou seja, podemos tecer considerações acerca dos constrangimentos físicos que se erguem, mas estes só adquirem significado pela apropriação que deles se faz. Porque o próprio acto de andar constitui uma forma de transformar a paisagem, permite a organização e compreensão dos espaços, preenchendo-os de signi-

ficados. A fenomenologia, a psicologia, a arquitectura, a semiologia são áreas do saber que a arqueologia tem aqui de convocar para perceber melhor a problemática em causa.

Castanheiro do Vento traduz uma vontade explícita de tornar um espaço aberto, plano, num espaço volumétrico, que pela sua construção impõe direcções de movimento, materializa barreiras, difunde imagens a distância. Ou estamos muito enganados, ou poderia ter funcionado, passe a metáfora, como um gigantesco “out-door” para a paisagem envolvente.

Mas os ditos (o que é explicitado), os entre-ditos, e os interditos, não se criam apenas por explicitações, insinuações, ou secretismos (exclusões), nem materialmente as barreiras são apenas muros, ou os acessos se resumem a passagens.

No entanto, o estudo daquilo que chamamos hoje as “arquitecturas” (sem lhes querer sobrepor eurocentricamente uma polaridade moderna de desenho/execução de obra) permitem avançar no estudo dos quadros conceptuais das comunidades que construíram, reformularam, mantiveram, “condenaram” os sítios. E que mesmo depois de os “fecharem” os podiam manter na memória social através de lendas, de visitas, de efabulações diversas. O que em tempos tinha sido local de intensa actividade, de forte investimento de energia, de elemento de construção da própria sociedade, deu lugar a novos sítios e a novas formas de elaboração e de legitimação/naturalização das estruturas e concepções sociais. A arqueologia é o fascinante estudo dessas transformações.

Se a “arquitectura” é elemento de inscrições de sentidos e regras, e não só – como é óbvio – para as sociedades do passado, é também o quadro onde se geram, pela acção, as próprias regras, incorporadas; o ambiente em que se congemina futuros, onde ideias surgem, onde novas minorias emergem. Nesta “fabricação dos lugares”, seu nascimento, vida e abandono, está uma boa parte da nossa história como espécie imaginativa, que está sempre a arquitectar novidades... como os arqueólogos que, pela sua acção, voltam a dar vida significativa aos lugares ermos, ou tornados apenas solos produtivos pelo “homo economicus” moderno.

ALGUNS CONTRIBUTOS (MUITO PRELIMINARES) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PRIMEIRO GLOSSÁRIO DAS ARQUITECTURAS DE CASTANHEIRO DO VENTO:

– **“Estruturas em bacia”**: são estruturas redondas, espaços relativamente circunscritos, delimitados por lajes de xisto fincadas e inclinadas (não há uma delimitação clara em forma de “parede” externa), e por vezes parecem integrar, num sedimento argiloso, diversas “deposições”. Em geral, podem apresentar uma planta sub-circular.

– **Estrutura “de condenação”**: fecho estruturado, ou obturação com pedras, de unidades arquitectónicas antes “ocas”, como sejam estruturas semicirculares (“bastiões”) e passagens. Traduz-se na “petrificação” das mesmas ao nível do seu basamento pétreo.

– **Estrutura “semicircular”**: (“bastião”, palavra utilizada apenas com conotações morfológicas, e não funcionais): unidade anexa aos muretes, produzindo o efeito de protuberância externa nas paredes, e, como referido acima, convencionalmente designada “bastião” na tradição interpretativa “militarista”. A sua planta pode tender para a forma semicircular ou para a forma elíptica. Como vimos, até ao momento foram identificadas pelo menos seis estruturas semelhantes abertas ao interior dos recintos, por pequenas passagens, como é o caso das unidades A e B, ou pela existência de um vão amplo, sugerido pela morfologia das próprias estruturas, que parecem perfazer um semicírculo. Porém, só escavações mais minuciosas e profundas permitirão perceber os acessos a estes “bastiões” pelo interior (o “bastião” B parecia ter uma espécie de corredor estruturado de acesso, para o interior da “porta”). Apenas esta estrutura semicircular B apresenta uma forma interior sub-triangular, provavelmente originada por uma remodelação estrutural ocorrida ainda durante o III milénio a.C.

– **“Lajes de contrafortagem”**: lajes de xisto fincadas, que integram a construção dos muretes e lhes garantem estabilidade, colocadas transversalmente ao alinhamento pétreo, na área contígua a este, e depois dispostas de forma perpendicular entre si, numa trama que forma um contraforte inclinado, ou, em maior escala, um talude, constituído por pedras e argila, numa espécie de “encosta artificial”. Noutros sítios, temos verificado que certos autores confundem muito facilmente este esquema estruturado com “derrubes”, assim desmontando e destruindo o que era a forma de construir calcolítica, e expondo “muros” verticais (onde no passado estariam declives oblíquos) ao visitante, que assim fica impedido de compreender a lógica destas arquitecturas e dos “sábios” equilíbrios de forças que empiricamente as organizavam.

– **Marcadores espaciais**: lajes de xisto fincadas, localizadas nas interrupções dos alinhamentos pétreos, parecendo assinalar aberturas ou arranques de novas estruturas. Note-se que estas lajes, por vezes com forma de “estela”, aparecem em variadas situações, como no interior de “bastiões” (B), encostadas à sua parede exterior (também no B), no interior de micro-estruturas (como a que existia para o interior do “bastião” C), etc. Uma destas (?) lajes, solta, encontrada à superfície, no recinto secundário, continha uma covinha na parte superior.

– **Micro-estruturas**: pequenas unidades espaciais, de tipo “nicho”, que não criam espaços de circulação, mas surgem antes como pequenos elementos organizadores do es-

BIBLIOGRAFIA

paço interno das estruturas semicirculares (as únicas escavadas com algum detalhe até agora). Elaboradas com elementos de moinhos manuais (dormentes) ou lajes de xisto (afeiçoadas ou não). Por exemplo, temos "nichos" destes no "bastião" A, ou no D, ou no F. Em algumas publicações de outros autores, referentes a estações arqueológicas morfológicamente equiparáveis, tendem a ser "lidos" como lajeiras, ou pequenos locais para guardar certos produtos, parecendo escapar a esses autores o evidente carácter "metafórico" destes micro-espacos.

– **Murete:** alinhamento pétreo, constituído por duas faces. Construído com lajes de xisto, apresenta normalmente 1,2 m de largura. No decorrer dos trabalhos arqueológicos distinguiram-se dois muretes, um delimitando o provável recinto principal e outro que perfaz um recinto mais pequeno, apelidado de "anexo" ou secundário. Na nomenclatura clássica (interpretação "militarista") aparece normalmente descrito como "muralha".

– **Passagens:** interrupções intencionais, arquitectadas, nos muretes, que permitem a ligação entre interior/exterior dos recintos, funcionando também como "pontos críticos" de onde se podia observar o interior do recinto ou o exterior da paisagem, conforme o ponto de vista em que nos coloquemos.

– **Rampa pétreo monumental:** Conjunto de pedras estruturadas, com muro e talude, embaladas em argila, em zonas de declive. Provavelmente circundavam as encostas sobranceiras onde hoje realizamos os trabalhos arqueológicos, e seriam revestidas a argila. Pode ser que estivessem articuladas com plataformas; pode acontecer que correspondam à "fase de condenação" de antigas estruturas de encosta. É ainda cedo para detalhar este tipo de estruturas, que para já conhecemos bem no Castelo Velho de Freixo de Numão.

– **Recinto:** espaço talvez aberto, mas ocupado por diferentes estruturas, e delimitado por um murete, resto da base de um muro que circunscrevia um ou mais espaços de circulação, e dividindo uma "parte interna" de uma "parte externa".

– **Talude/contraforte:** sistema de contrafortagem, que integra as lajes encostadas a um muro, segurando-o directamente (contraforte), podendo assumir o aspecto de um conjunto maciço de pedras construído de encontro à face externa dos alinhamentos, de forma a garantir solidez aos mesmos (talude).

– **Torre (?):** estrutura pétreo, maciça, de morfologia sub-circular, integrada no murete que define o recinto principal. A única encontrada até hoje (junto ao "bastião" D) é muito pequena. No Castelo Velho apareceu uma estrutura de grande porte, em posição quase central, no recinto superior, assim designada. É possível que exista um em Castanheiro do Vento.

CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. & VALE, A. M.
2005. O sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento. Como transformar uma ruína num discurso inteligível para os visitantes?. In *Conservar Para Quê?*, pp. 293-301. Porto/Coimbra, DCTP/FLUP – CEAUCP.

CARERI, F.
2002. *Walkscapes. El Andar como Práctica Estética*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, SA.

DETHIER, J.
1993. *Arquitecturas de Terra. Trunfos e potencialidades de um material de construção desconhecido: Europa, Terceiro Mundo, Estados Unidos* (catálogo de exposição). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

FREITAG, M.
2004. *Arquitectura e Sociedade*. Lisboa, D. Quixote.

GUILLAUME, M.
2003. *A Política do Património*. Porto, Campo das Letras.

INGOLD, T.
2000. *The Perception of the Environment, Essays in Liveliness, Dwelling and Skill*. Londres, Routledge.

JORGE, S. O.
2002. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. *Património/Estudos*, 3: 145-164.
2003. Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica. In *Recintos Murados da Pré-história Recente*, pp. 13-50. Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT.

2003. Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão. In *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis*, pp. 63-84. Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT.

JORGE, S. O. et al.
2004. Reflexões preliminares a propósito de formas de organização do espaço e de técnicas de construção em sítios pré-históricos recentes (Calcolítico / Idade do Bronze) do tipo de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – semelhanças e diferenças em relação às construções megalíticas e afins. *Sinais de Pedra – 1.º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupes-tre na Europa Atlântica*, Évora, Janeiro de 2003. Edição electrónica. V. também www.architectures.home.sapo.pt

JORGE, V. O.
2003. *Olhar o Mundo como Arqueólogo*. Coimbra, Quarteto Ed.
2003. *A Irrequietude das Pedras*. Porto, Afrontamento.
2003. Quando o humano deixou de ser natural. In *Da Natureza à Metapolis*, pp. 11-62. Porto/Coimbra, FLUP/DCTP – CEAUCP.
2005. "Vitrinas Muito Iluminadas". *Configurações*, revista em linha, vol. 0. <http://configuracoes.planetaclix.pt>

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. SOUSA & COIXÃO, A. S.
2002a. Castanheiro do Vento, um sítio monumental pré-histórico do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (Horta do Douro). *Côavisão, Cultura e Ciência*, 4: 73-93.
2002b. Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper/Bronze age sites in northern Portugal. In Chris Scarre (Ed.), *Monuments and Landscape in Atlantic Europe*, pp. 36-50. Londres, Routledge.

2003a. Campanha de escavações arqueológicas no ano de 2002 no sítio do Castanheiro do Vento Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa. *Côavisão, Cultura e Ciência*, 5: 99-131.

2003b. Castanheiro do Vento, a late prehistoric monumental enclosure in the Foz Côa region. Portugal – recent research (1998-2002). *Journal of Iberian Archaeology*, 5: 137-161.

2003c. A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (V.ª N.ª de Foz Côa). In *Recintos Murados da Pré-História Recente*, pp. 79-114. Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. SOUSA; COIXÃO, A. S. & VALE, A. M.

2004. O recinto monumental pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, V.ª N.ª de Foz Côa), após os trabalhos de 2003. Breve relatório. *Côavisão, Cultura e Ciência*, 6: 97-139.

2004. Morfologia construtiva do recinto pré-Histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): o exemplo

das convencionalmente designadas “estruturas de condenação”. *Almadan*, 13 (2.ª Série): 25-35.

TÁVORA, F.

1999. *Da Organização do Espaço*. Porto, FAUP Publicações.

VALE, A. M.

2004. Castanheiro do Vento (Horta do Douro, V.ª N.ª de Foz Côa). Contributos para o estudo dos resultados das primeiras campanhas de trabalhos (1998-2000). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XLIV (3-4).

VICENT GARCÍA, J. M.

1995. Early social complexity in Iberia: some theoretical remarks. In *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia*, pp. 177-1873. Ann Arbor, International Monographs in Prehistory.

WELTON, D.

1999. *The Body. Classic and Contemporary Readings*. Oxford, Blackwell Publ.

Referência do laboratório	Código trabalho	Data de recolha	Camada	Qd	x	y	z	BP	Calibração BC	Contexto
Ua-23432	VI-8	15.07.04	3	86.53	0.80	0.74	724.98	4090+/-40	2780-2550 (66.8%) 2870-2800 (19.4%) 2540-2490 (9.2%)	Área do recinto anexo. Em sedimentos aparentemente abaixo da linha basal do murete.
Ua-23426	VI-2	30.07.04	3c	77.54	1.20	0.12	724.08	4060+/-40	2700-2460 (85.2%) 2860-2810 (10.2%)	Junto à parede exterior do "bastião F", abaixo da sua linha basal.
Ua-23431	VI-7	21.07.04	3	78.53	1.96	1.53	724.27	3910+/-45	2500-2280 (90.3%) 2260-2230 (2.5%) 2560-2530 (1.5%) 2220-2200 (1.2%)	Junto à face externa do murete do recinto anexo. Possível área de combustão delimitada por lajes.
Ua-23429	VI-5	26.07.04	3	79.61	0.77	0.70	724.20	3850+/-40	2460-2200 (95.4%)	"Bastião E". Nivel de terra escura.
Ua-23428	VI-4	26.07.04	3	78.55	0.80	1.22	724.44	3740+/-40	2290-2020 (94.3%) 2000-1980 (1.1%)	"Bastião F".
Ua-23430	VI-6	21.07.04	3	78.60	0.34	0.25	724.25	3720+/-40	2210-2010 (89.3%) 2000-1970 (3.7%) 2280-2250 (2.4%)	Topo Norte do "Bastião E". Desmontagem do 3.º nível de pedras do enchimento do interior do recinto anexo.
Ua-23427	VI-3	12.07.04	3	77.55	0.18	1.05	724.29	3460+/-40	1890-1680 (95.4%)	"Bastião F".
Ua-23425	VI-1	29.07.04	3	78.56	0.78	1.56	724.83	3415+/-45	1880-1600 (94.0%) 1560-1530 (1.4%)	Bolsa de terra escura junto à área Este do "Bastião F".
Ua-23433	VI-9	13.07.04	3	79.51	0.84	0.68	724.85	3360+/-40	1740-1520 (95.4%)	Desmontagem do pequeno troço de murete perpendicular ao murete do recinto anexo.

Nota: As datas apresentadas referem-se a amostras recolhidas durante a campanha de 2004. A calibração apresentada é a 2 sigma. Numa abordagem muito genérica este conjunto de datas, não allera substancialmente os resultados já publicados nem as precauções relativas à sua interpretação (Jorge et al., 2003: 91-98). As três datas mais antigas mantêm a hipótese de Castanheiro do Vento ter sido "ocupado" pelo homem a partir dos inícios do 3.º milénio a.C. Estas amostras datadas não se relacionam directamente com nenhuma estrutura, à provável excepção da Ua-23431 que poderemos, dentro de todas as limitações referidas na publicação já citada, associá-la a uma pequena estrutura de combustão. A hipótese de o murete do recinto anexo e as estruturas a ele adossadas (estrutura sub-circular F e E), terem sido construídas/utilizadas a partir de 2500 a.C. até cerca de 1900/1800 a.C. mantém-se igualmente. A data mais recente (Ua-23433), poderá relacionar-se com alterações estruturais e/ou pontuais no sítio, ou até mesmo com processos de "condenação" de áreas e/ou estruturas nos finais da primeira metade do 2.º milénio a.C.

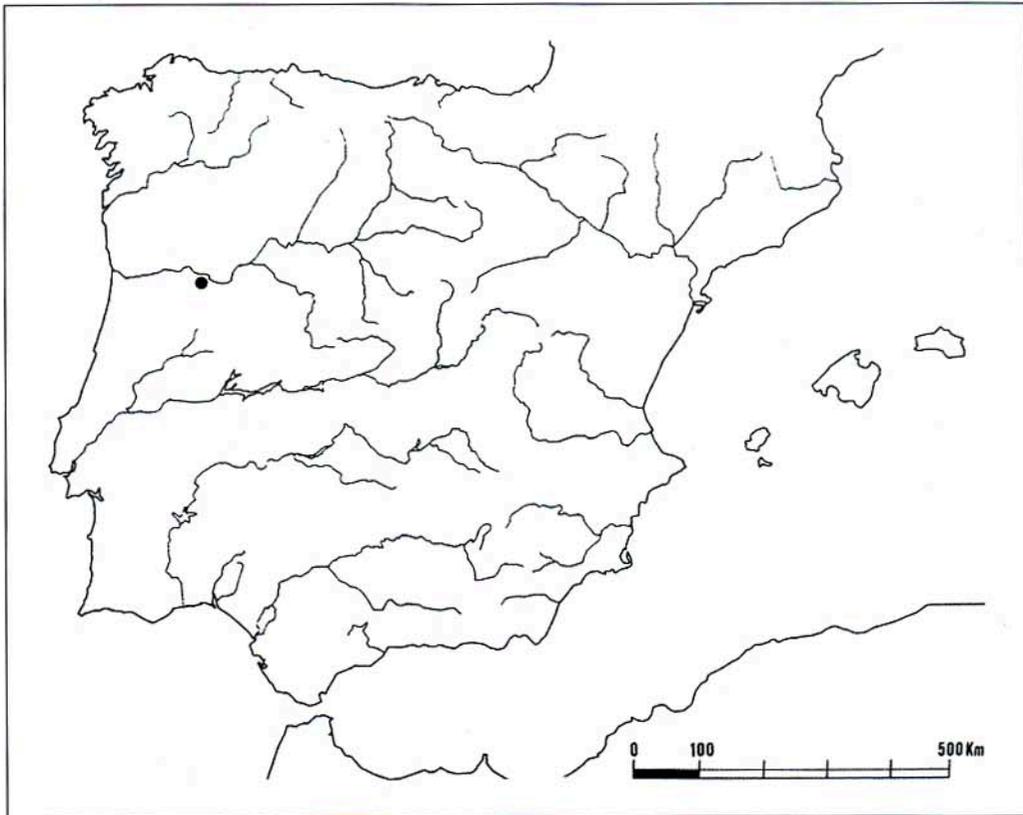


FIGURA 1. Localização de Castanheiro do Vento na Península Ibérica.

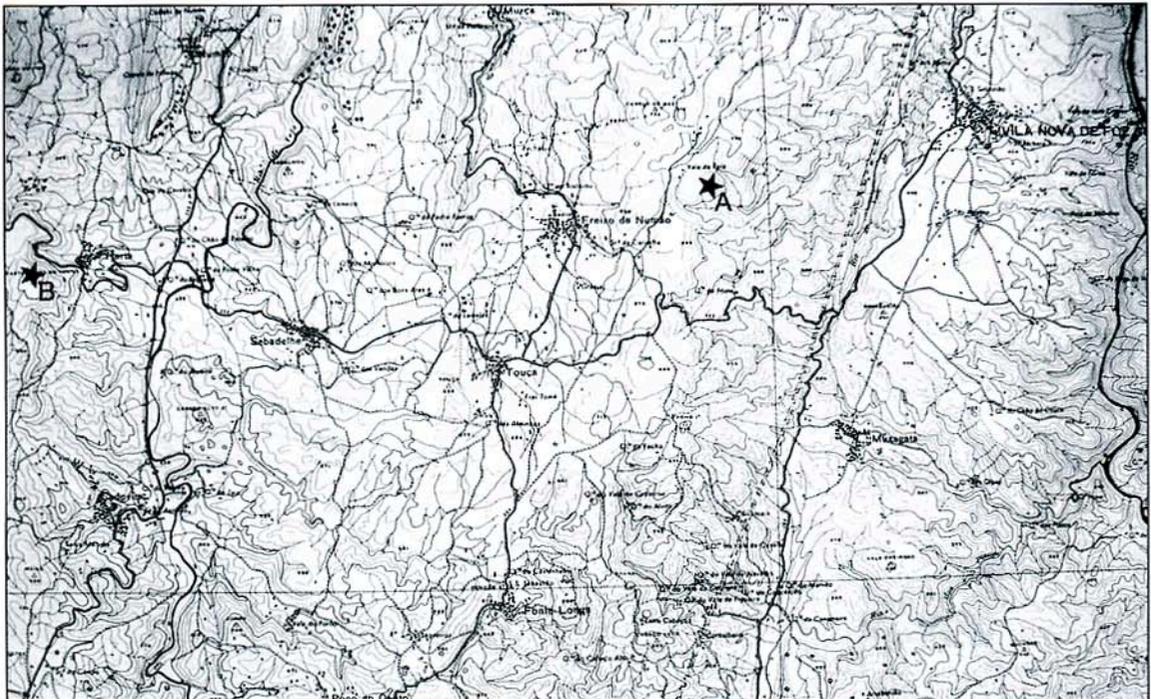


FIGURA 2. Localização de Castanheiro do Vento (B) em relação a Castelo Velho de Freixo de Numão (A), na Carta Corográfica de Portugal, folha n.º 15-A Esc. 1/50.000, aqui reduzida: os dois sítios distam entre si cerca de 11 km em linha recta.

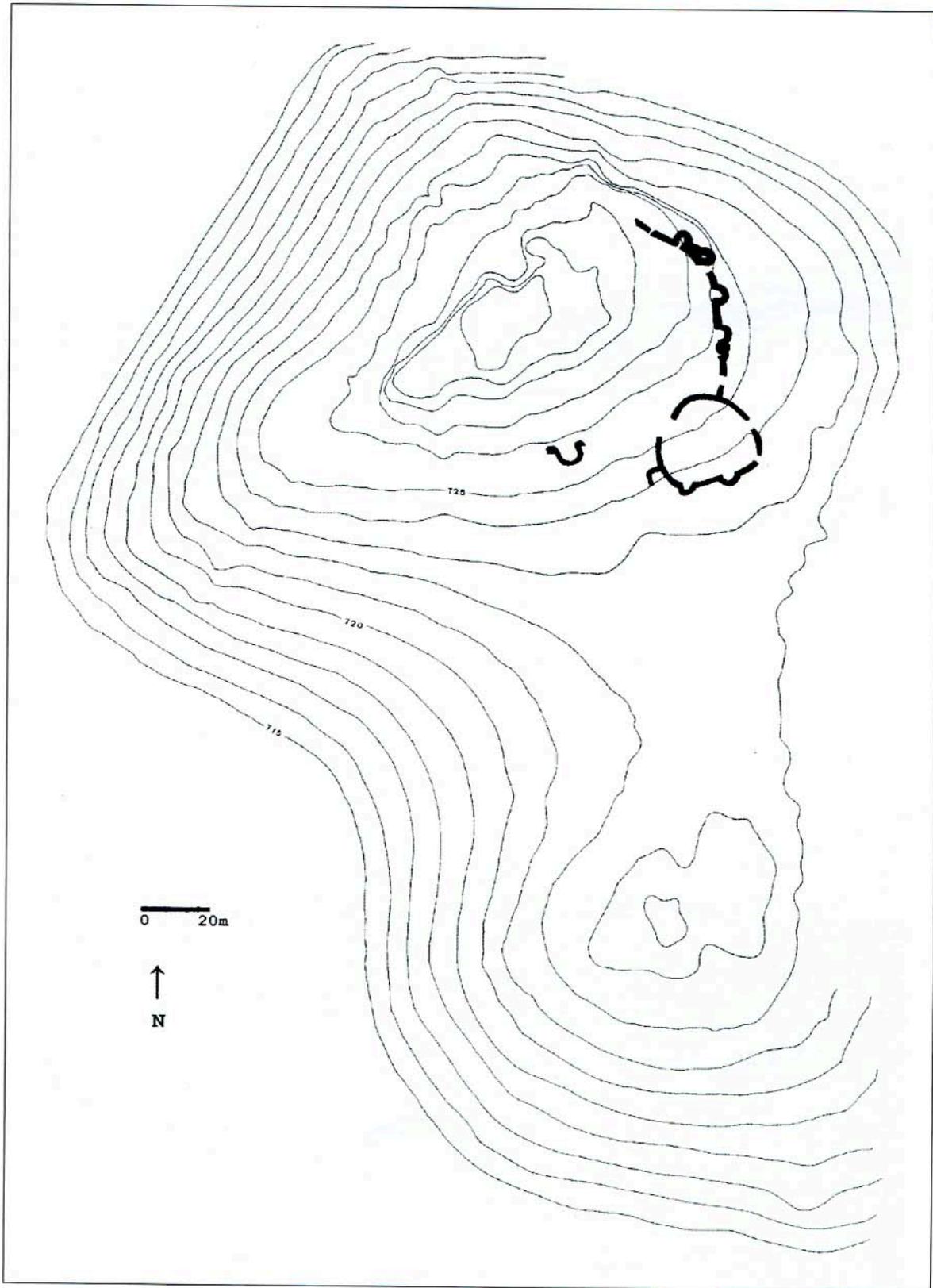


FIGURA 3. "Croquis" geral do topo da estação, com implantação esquemática da parte da periferia do recinto superior já exumada. Equidistância das curvas de nível: 1 m.

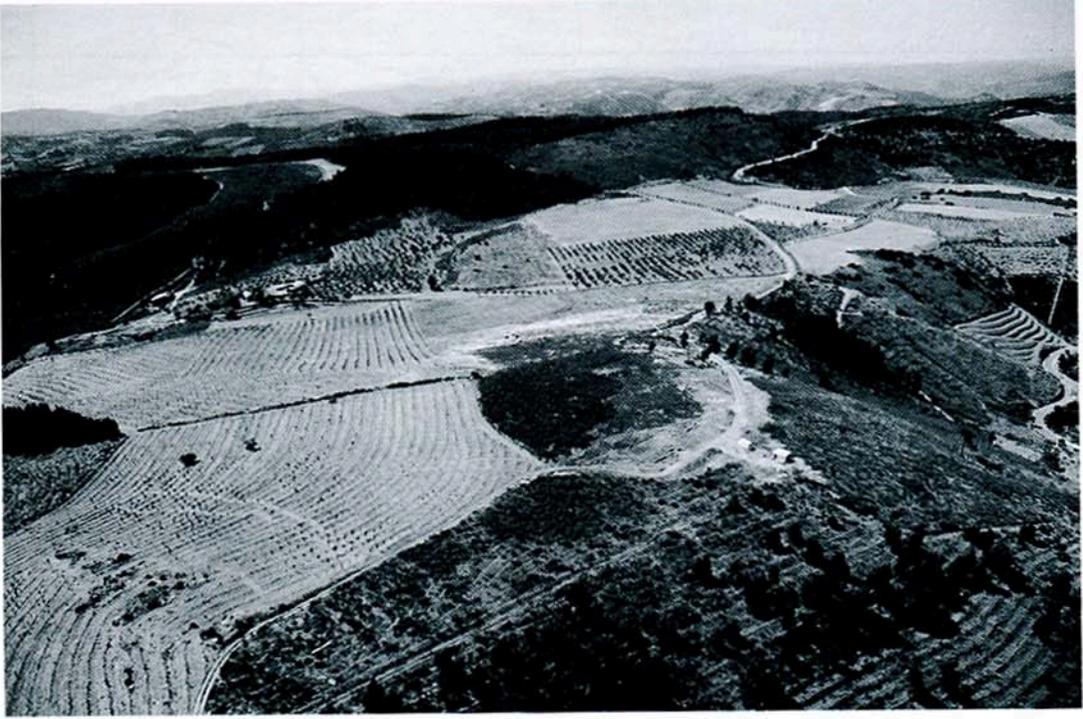


FIGURA 4. Implantação geomorfológica do sítio arqueológico na paisagem envolvente (foto aérea).



FIGURA 5. Castanheiro do Vento visto de Oeste, da Ribeira da Teja. É bem notório o amplo domínio visual sobre o vale, e por outro lado a importância da sua "fachada" lateral aparecendo em toda a sua grandiosidade virada ao vale.



FIGURA 6. Estrutura (bastião) B. No seu interior, conjunto de lajes de xisto afeiçoadas colocadas em posição vertical (estelas). Nesta foto é também possível observar, na área inferior da fotografia, parte do "sistema de contrafortagem" desta estrutura.



FIGURA 7. Pormenor de um dos principais "conjuntos" monumentais até hoje detectados em Castanheiro do Vento: T – Torre pequena, à direita da imagem; D – Estrutura sub-circular (bastião) D; N – nicho constituído por elementos de moinho em granito; e Me – laje de xisto afeiçoada de extremidade arredondada que parece marcar a intersecção entre a estrutura sub-circular D e a pequena Torre.



FIGURA 8. "Micro-estrutura" de planta ovóide e com "estela" implantada, conservada *in situ*, associada ao espaço de "entrada" da estrutura sub-circular C. Elaborada com lajes de xisto e um elemento de moinho.



FIGURA 9. Outro exemplo de uma "micro-estrutura" (nicho rodeado de elementos de mó em granito, afeiçãoados) escavada na estrutura sub-circular A.



FIGURA 10. Grande estrutura (bastião) sub-circular (G), detectada nas escavações de 2004. A sua morfologia, embora semelhante à das outras estruturas sub-circulares, é de maiores dimensões. Esta estrutura aparenta integrar um recinto distinto a cota superior.



FIGURA 11. "Estrutura em bacia" situada na periferia da grande estrutura G. É visível um dos níveis de deposição de um vaso partido em duas unidades e de lajes finas de xisto azul, embalados em argila compacta.